



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640262 - SP (2021/0014274-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES - SP306373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILSON MIGUEL DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILSON MIGUEL DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2001860-70.2021.8.26.0000).

O paciente foi denunciado pela prática do delito de furto simples, vindo ao final a ser absolvido impropriamente, com a imposição da medida de segurança de internação pelo prazo mínimo de 2 anos, com fundamento no art. 96, inciso I, c/c o art. 97, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que a conduta do paciente seria materialmente atípica, haja vista o ínfimo valor do bem subtraído, R\$ 59,88.

Destaca que os bons antecedentes do paciente, bem como o fato do valor da *res furtiva* não ultrapassar 10% do salário mínimo vigente à data dos fatos permitem a aplicação do princípio da insignificância.

Alega que o paciente faz jus à fixação da medida de segurança em sua modalidade tratamento ambulatorial em razão de sua baixa periculosidade.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente seja absolvido com esteio no princípio da insignificância. Subsidiariamente, pugna pela fixação da medida de segurança de tratamento ambulatorial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO
CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO.
CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE
DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE
AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO
AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS.
EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM
PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO

CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto, ao não aplicar o princípio da insignificância, o magistrado singular consignou que (e-STJ fls. 95-97):

"Por derradeiro, com todo o respeito à combativa defesa, entendo que a tese de aplicação do princípio da insignificância não merece acolhida.

A se admitir, de forma indiscriminada, o cometimento de furtos de bens de pequeno valor, sob o manto da atipicidade delitiva e da suposta insignificância para o Direito Penal, estar-se-ia promovendo a institucionalização dessa prática, com graves consequências para a ordem social.

[...]

Ademais, não se pode confundir bem de pequeno valor, como o aqui versado (R\$ 59,88), com o de valor insignificante, apenas esse apto a autorizar, em hipóteses excepcionálíssimas, consoante o posicionamento adotado pelos Tribunais Superiores, o reconhecimento do crime de bagatela."

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência